

O CUBO ARTILHEIRO DA BARBACÃ DO CASTELO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA NO CONTEXTO DA ARQUITETURA DE TRANSIÇÃO DA RAIA TRANSMONTANA EM FINAIS DO SÉCULO XV

JOÃO NISA*

TÂNIA FALCÃO**

Resumo: Desde o verão de 2014 que a envolvente do castelo de Freixo de Espada à Cinta tem sido alvo de escavações arqueológicas, com o objetivo de verificar se ainda subsistem outros vestígios da antiga fortificação medieval, que não a torre poligonal, denominada “Torre do Galo”. Os dados recolhidos serão utilizados para concretizar o projeto de requalificação da zona, entretanto aprovado pelas entidades competentes. Durante a campanha de 2015 foi identificado um torreão circular da barbaca que, pelas suas características arquitectónicas, parece datar de finais do século XV. Esta estrutura evidencia a importância que a raia transmontana assumiu para os monarcas portugueses de finais da Idade Média e, acima de tudo, o estatuto que o castelo de Freixo de Espada à Cinta assumia nesse dispositivo defensivo.

Palavras-chave: Freixo de Espada à Cinta; Idade Média; Arquitetura militar; Barbacã.

Abstract: Since the summer of 2014 there have been archaeological excavations in the vicinity of the castle of Freixo de Espada à Cinta, to verify if there are other remains of the ancient medieval castle besides the only remaining tower, the “Torre do Galo”. The data will be used in the area’s project of requalification, already approved by the competent authorities. During the campaign of 2015 it was identified a circular tower that belongs to the first line of walls (“barbacã”), with features that date to the late 15th century. This structure underlines the importance that the frontier of Trás os Montes had to the Portuguese kings of the late Middle Ages and, above all, the status of the castle of Freixo de Espada à Cinta in the defence of this frontier.

Keywords: Freixo de Espada à Cinta; Middle Ages; Military architecture; Barbacã.

* Archo’Estudos Investigação Arqueológica Lda. joanisa1984@gmail.com.

** Archo’Estudos Investigação Arqueológica Lda. tania@archoestudos.com.

Para melhor compreender a estrutura que foi identificada durante os trabalhos de escavação arqueológica, importa recuar e analisar o desenho de Duarte d'Armas. Nessa representação, constatamos que a barbacã na sua face virada a W, é composta por uma entrada, com os seus parapeitos ameados e duas troneiras abertas no pano de muralha, uma no nível superior e uma no nível inferior. Ao lado destas troneiras encontra-se um torreão, de planta circular, que alarga na base formando um alambor, com dois níveis de tiro, cada um composto por três troneiras cruzetadas. Esta imagem, imponente e robusta, tirada “do sull”, contrasta de forma antagónica com o “debuxo” tirado da parte norte: uma barreira sem ameias, com duas portas (uma “falsa”), com o parapeito a apresentar um elevado estado de degradação. Salta ainda a vista a ausência de troneiras abertas no pano de muralha, bem como a inexistência de qualquer torreão. Este contraste sugere que a parte da barbacã onde se localizava a porta de entrada na fortificação poderá ter sofrido obras de conservação ou mesmo de modificação, destinadas a capacitar a fortaleza para um novo modo de fazer a guerra, culminando com o rasgar (ou construção de raiz) de troneiras no pano de muralha e com a edificação de um torreão (ou cubo artilheiro).

A banda do sul, possivelmente devido à sua condição, naturalmente defensável¹, não terá sido contemplada com esta modificação, por se julgar desnecessário, não querendo com isso dizer que não possa ter sofrido obras de reparação ainda durante o reinado de D. Manuel I. Na planta do desenho de Duarte d'Armas verificamos que o «cubelo he abobadado e tem d'altura 9 v» (cerca de 9,90 m); ou seja, foi projetado com o intuito de resistir ao impacto dos projéteis de artilharia. Estruturas deste tipo são referidas, na bibliografia espanhola, como “cubos” ou “cubetes” artilheiros (cubo pela abóboda, em árabe “al-quba”, e não pela sua planta), construídos entre 1474 e 1500 (La Mota, Coca e Caracena), como resposta ao poder devastador da artilharia, permitindo que a estrutura pudesse suportar o tiro parabólico do assaltante sem a abóboda se abrir. Entre as inovações deste período destacam-se a adoção de recintos mais baixos que a fortaleza (barreiras ou barbacãs), com as peças colocadas a cotas mais baixas para executarem o tiro rasante; a colocação de torres junto aos flancos e às portas das fortificações; a construção de fossos em frente à barbacã e a “alamborização” (construção de taludes pétreos) da própria barbacã e/ou de torres, de modo a que não pudessem ser destruídos pelo fogo inimigo ou pela sabotagem das suas fundações, pela construção de galerias de minas².

Em Portugal, apesar de encontrarmos referência à utilização da artilharia pirobalística desde finais do século XIV, a verdade é que o seu domínio e disseminação

¹ A população refere-se a esta banda escarpada e abrupta como “Inferno”.

² COBOS GUERRA & CASTRO FERNÁNDEZ, 1998: 211-217.



Fig. 1.
O castelo de Freixo de Espada à Cinta, segundo Duarte d'Armas (c. 1509-1510).

foi moroso. Apenas no reinado de D. João II (1481-1495) se começou a empreender uma rigorosa campanha de reestruturação das fortificações, em Portugal e no ultramar, como refere Garcia de Resende:

E no começo do anno de mil, e quatrocentos, e oitenta, e oito, com muito cuidado, e diligencia mandou prover, fortalecer, e repartir totalas Cidades, Villas, e Castellos dos estremos de seus Reynos, assi no reparo, e defensão dos baluartes, cavas, muros, e torres, como em artilharias, pólvora, salitre, armas, almazens, e totalas outras cousas necessárias. E em totalas fortalezas mandou de novo fazer aposentamento, e casas para isso ordenadas³.

São abundantes as referências a obras neste período, abrangendo quase a totalidade do território nacional, incluindo a província de Trás os Montes⁴. O tipo de fortificação, que classificamos como de “transição” é fruto de novas ideias e conceitos que chegam ao reino, alguns deles através de arquitetos italianos como Sansovino, podendo ser resumido do seguinte modo: «Portugal criou um modelo de fortificação de formato geometrizado e altamente compacto, caracterizando-se o mesmo por possuir cubelos de ângulo, diversas obras externas coladas ao reduto principal e, claro, artilharia para a sua defesa»⁵.

³ RESENDE, 1752: 32,

⁴ Embora sem referir quais as fortalezas, existe um documento (carta de quitação), datado de 1497 mas reportando-se a 1493, onde Cristóvão de Baião recebe 202160 reais para o «corregimento das fortalezas de Trallos Montes». *Apud* CID, 2007: 89-90.

⁵ CID, 2007: 131.

A adaptação das antigas estruturas defensivas, de traça plenamente medieval, terá percorrido o reinado de D. João II e a primeira metade do reinado de D. Manuel I, até sensivelmente 1510. Mário Barroca associa a encomenda efectuada pelo monarca a Duarte d'Armas a uma tentativa de balanço, onde constata o estado das praças da raia e as alterações feitas. A norte do Douro, onde se enquadra o castelo de Freixo de Espada à Cinta, foram desenhados vinte castelos, sendo que treze apresentavam troneiras abertas no pano de muralha ou em torreões, correspondendo a 65 % do total⁶.

Em relação ao torreão da barbacã do castelo de Freixo de Espada à Cinta, parece-nos que esta será uma solução intermédia que antecede a inclusão de torreões nos cantos de algumas fortalezas (Vimioso, Almeida, Alpalhão ou Castro Marim), embora nestes casos estas possuam uma planta geométrica e sub-quadrangular, situação que a planta da barbacã de Freixo, de traçado vagamente circular, não permitiria. Conforme referimos anteriormente, existe a possibilidade de terem sido construídos outros torreões circulares na barbacã (pelo menos mais um parece certo⁷), que complementariam este agora identificado. Um dos elementos que aponta para um período mais recuado são as troneiras cruzetadas. Sabemos que, a partir de 1510, as troneiras começam a ser substituídas pelas canhoeriras, com um vão maior, o que permitia que as bocas de fogo tivessem um maior raio de acção, empregando-se, por exemplo, o tijolo como solução para as molduras, permitindo um maior poder de absorção dos projéteis inimigos. As três troneiras do torreão identificado nos trabalhos arqueológicos⁸ têm aberturas com tamanho bastante reduzido (a troneira 1 tem 16 cm, a troneira 2 tem 17 cm e a troneira 3 tem 16 cm) e encontram-se colocadas a um patamar muito baixo, ao nível da base da câmara de tiro, o que impossibilitaria, seguramente, a colocação da peça de artilharia num reparo.

Um facto que parece seguro é a existência de peças de artilharia no castelo, ainda num período inicial. Se bem que as troneiras também propiciassem a utilização de armas de fogo portáteis e a continuação da utilização da besta, os pelouros graníticos que recolhemos no decorrer da intervenção atestam a utilização da artilharia primitiva ou, pelo menos, a sua existência, ainda que de pequeno calibre. A utilização de armas de pequeno calibre é visível, por exemplo, na fortaleza de La Mota, onde se procurava basear a defesa da praça nos arcabuzes, ao invés de

⁶ BARROCA, 2003: 97-99.

⁷ Durante os trabalhos realizados no ano de 2016, foi identificado outro torreão da barbacã, que surge representado no desenho dos irmãos Beaumont.

⁸ Optou-se pela designação troneira 1, troneira 2 e troneira 3, observando o Desenho de Duarte d'Armas da esquerda para a direita.

procurar fazê-la canhão contra canhão⁹. Estas esferas graníticas, com diâmetros variáveis entre os 11 e os 13 cm, representam uma primeira fase dos projéteis de artilharia, culminando com a disseminação e adopção dos projéteis em ferro fundido a partir de inícios do século XVI, embora ambos tenham coexistido durante bastante tempo. O facto de não termos recolhido nenhum pelouro metálico não significa que esta realidade não tenha existido, uma vez que devido à sua natureza “renovável”, se torna bastante apetecível e alvo de refundição. Aliás, conforme referimos, do inventário apresentado na planta dos irmãos Beaumont consta um obus que não seria, à partida, uma peça utilizada para a defesa da fortaleza, uma vez que se enquadra na artilharia de cerco, destinada a bombardear, através do tiro curvo, as fortificações. O que parece confirmar é a inexistência de peças de artilharia, para defesa da praça, em meados do século XVIII. Se considerarmos que as troneiras do torreão foram projetadas para possibilitarem a colocação de um determinado tipo de peças, típicas do século XV, e nunca sofreram modificações (como os parapeitos das fortalezas abaluartadas) que permitissem a colocação de peças mais modernas, concluímos que a praça poderá nunca ter recebido peças mais modernas que as existentes nos séculos XV e inícios do século XVI. A standardização dos calibres, no século XVIII, veio acentuar ainda mais esta realidade.



Fig. 2.
Cubo da barbacã,
visto de norte.

A implantação desta estrutura, poucos metros à frente da torre de menagem, permitia a realização de duas tarefas fundamentais: proteger o centro administrativo da fortificação e fazer fogo sobre o caminho de acesso à fortaleza, cobrindo a porta da barbacã. Se analisarmos a disposição das troneiras, constatamos que a sua disposição não é uniforme; isto é, as troneiras 1 e 2 encontram-se mais pró-

⁹ COBOS GUERRA e CASTRO FERNÁNDEZ, 2000: 252-253.

ximas uma da outra, do que a troneira 2 em relação à troneira 3. Esta aglomeração permitia que abrissem fogo de forma concertada, tal como as duas troneiras abertas na muralha da barbacã. Em termos de organização espacial da estrutura, a mesma parece desenvolver-se em função do afloramento (UE 516) que serve de base às escadas, limitando o espaço existente no interior da mesma. O acesso ao interior era realizado por intermédio de um lanço de escadas, em granito, com a entrada ao nível do adarve da barbacã, possibilitando o acesso ao nível inferior e ao nível superior. Estas escadas, doze em número, de formato paralelepípedo, com comprimentos que variam entre os 86 cm e os 1,09 m, apresentam duas formas de colocação, umas adossadas e outras embutidas. Uma das situações que saltam imediatamente à vista quando se percorrem as escadas, no sentido descendente, é o desnível existente entre o último degrau e o “piso” identificado (UE 513). Em nossa opinião, este “piso” em argamassa, com algumas pedras de xisto, constituirá a preparação de um piso construído com material perecível, muito possivelmente madeira, como parece indiciar um orifício aberto no afloramento, por certo para a inserção de algum travejamento que constituiria a base do piso em madeira. Dos doze degraus, dez apresentam marcas de canteiro, com um motivo cruciforme (+) a ser o denominador comum. Alguns chegam a apresentar três marcas de canteiro, um por cada elemento que constitui o degrau. Existe ainda um degrau que contém uma possível gravura antropomórfica, de simbologia indeterminada.



Fig. 3.
Câmara de tiro da troneira 1,
vista do interior do torreão.

As troneiras, que neste momento apresentam morfologias distintas, deveriam assemelhar-se, inicialmente, à troneira 1. Esta apresenta uma câmara de tiro composta por uma entrada em arco de volta perfeita, com cerca de 2,35 m de altura no seu ponto mais elevado, afinando em direção ao interior, onde a sua altura é mais reduzida. A largura varia entre os 1,30 m junto à entrada e os 45 cm junto à boca da troneira. A abertura da troneira, cruciforme ou cruzetada, tem 99 cm entre a sua base hemisférica e o topo. O piso é de granito, com capeamento em argamassa. Apresenta sinais de reparação, não coetâneos com a época de construção, na zona superior, através da presença de uma argamassa de cor branca, muito quebradiça. Há ainda que referir a utilização do xisto para refecimento de juntas e remendo de possíveis reparações. Na face do lado esquerdo da câmara de tiro, como quem observa a partir do interior do torreão, são visíveis marcas de fogo. No que diz respeito à troneira 2, encontra-se bastante danificada, já sem o arco da câmara de tiro (1,95 m de altura) e com a face externa igualmente ausente. Ainda assim, o piso encontra-se preservado, constituído por pedra de granito e capeado a argamassa amarelada. Existem vestígios de reparações em ambos os lados da câmara de tiro, com um grande remendo, em xisto, do lado direito, com incidência elevada de argamassas amareladas e esbranquiçadas. Podemos observar ainda a utilização de diferentes ferramentas no talhe das pedras, que não possuem qualquer marca de canteiro. Mais afastada das duas anteriores, virada para a banda de Espanha, a troneira 3 encontra-se completa, embora já não possua o seu arco original. Não é desprovido de sentido associar esta reconstrução da câmara de tiro a uma sutura na parede Este, cerca de 60 cm à sua esquerda, o que parece indiciar um abatimento deste paramento, em princípio sem influência nos restantes. Na parte superior da câmara de tiro são visíveis duas grandes lajes de xisto e uma de granito, que formam o topo da mesma. A troneira encontra-se incompleta, faltando-lhe uma pedra do lado esquerdo. Duas pedras do lado direito serão, aparentemente, originais. Tem remendos bastante visíveis (e grosseiros) em ambos os lados e na parte superior, compostos por pedras de xisto, de dimensão variada e por argamassas brancas. O círculo hemisférico que corresponde à abertura da troneira é mais largo no que nas restantes duas. Na face esquerda, mais junto à base, há uma marca de canteiro, idêntica às outras que foram identificadas no torreão (+).

A monumentalidade das estruturas identificadas refletem a importância que a raia transmontana – e neste caso particular, Freixo de Espada à Cinta – teve, na defesa do território nacional, durante o século XV. Ainda em finais do século XIV, D. Fernando, reconhecendo as particularidades da posição da vila, verificou que os «portos no Rio do Doyro em que ha vaãos no tempo do Veraao de que se aa miinha terra pode recrecer dapno nom stando guardados», ordenando aos moradores que pernoitassem na cerca, pondo «guarda na dicta villa de dia qua virem que cumpre ao meu serviço», reservando o direito de velar e roldar o castelo aos naturais e

moradores da vila, estabelecendo que «nom leixem entrar em esse castelo a velar nem a roldar nem fazer nenhua cousa nenhua pessoa que nom seja hi morador e natural da minha terra»¹⁰. Durante a crise de 1383-85, a vila de Freixo de Espada à Cinta pronunciou-se por D. João, mestre de Avis, futuro D. João I (1385-1433). Não é de todo impossível que o monarca tenha visitado a vila em 1395, para aferir o estado de conservação do castelo, uma vez que sabemos que se encontrava em Torre de Moncorvo a 18 de Dezembro desse ano, tendo aí permanecido até ao início do ano seguinte, encontrando-se atestada a sua presença, em Bragança, a 19 de Janeiro de 1396¹¹. Durante o seu reinado, a vila contribuía com dez besteiros do conto para a hoste real. A importância estratégica da povoação (e do seu castelo) neste período comprova-se com a instalação de um couto de homiziados, em 1406¹². Entre 1412 e 1423, D. João I concede privilégios para financiar as obras das muralhas do castelo¹³, certamente como agradecimento pelo apoio prestado durante a crise de 1383-1385, facto que se poderá associar à construção da barbacã extensa da vila. Em 1435 existiam obras em curso no castelo, por iniciativa do concelho¹⁴, desconhecendo-se a natureza desses trabalhos.

Os habitantes de Freixo de Espada à Cinta eram responsáveis pela defesa do castelo em tempo de paz e de guerra. A sua localização, fronteira a Castela, ditava a sua importância, a qual não podia ser descurada pelo rei. Conscientes desta situação, os moradores procuravam obter benefícios junto dos monarcas. Em 1462 pediram a D. Afonso V que não utilizasse os animais dos moradores para transportar as suas cargas para outras cidades do reino, alegando que tinham que velar e defender «ho castello da ditta villa de quatro em cinco e seis vellas cada noute», bem como os «quatro ou cinco portos» localizados no Douro, tudo a expensas do concelho¹⁵. A defesa do castelo exigia muito da população, sendo necessários recursos económicos avultados para a manutenção e reparação do mesmo. Reconhecendo o contributo dos moradores da vila, D. Duarte confirmou a doação renda da terça de S. Miguel, feita pelo seu pai, para a reparação dos muros e do castelo e D. Afonso V concedeu-lhe a terça das rendas do concelho¹⁶. No decorrer da Guerra da Sucessão de Castela (1475-1479), que envolveu D. Afonso V, em defesa dos direitos sucessórios da sua mulher, Joana a "Beltraneja" e a irmã desta, Isabel, temos referências a movimentações militares na área. Conta Alonso de Palencia

¹⁰ *Apud* MONTEIRO, 1999:199.

¹¹ MORENO, 1988: 65.

¹² ALVES, 2000: 454-461.

¹³ MONTEIRO, 1999: 137.

¹⁴ MONTEIRO, 1999: 139.

¹⁵ MACHADO, 1998: 280.

¹⁶ MACHADO, 1998: 280.



Fig. 4. Castelo de Freixo de Espada à Cinta, segundo José Monteiro de Carvalho (c. 1751-1760). Fonte: Direcção de Infraestruturas do Exército (cota 1942-2-19A-27).

que os portugueses, através de alguma astúcia, se tinham apropriado do castelo de Vilvestre e do castelo de Freixo de Espada à Cinta, não tendo sido possível aos castelhanos recuperá-lo devido aos reforços que o inimigo recebeu¹⁷.

O desenho de José Monteiro de Carvalho, à semelhança do desenho dos irmãos Beaumont, apresenta outros torreões circulares na barbacã que não se encontram representados no desenho de Duarte d'Armas. Pelo tipo de estrutura, muito similar em termos planimétricos ao torreão circular já existente, parece-nos que serão de construção muito próxima em termos cronológicos. É possível que a segunda fase de reformulação da praça, com a construção de mais torreões na barbacã, tenha ocorrido por ocasião da outorga de Foral Novo à vila, em 1512. Por volta desse ano, em 1513, temos atestada a presença do mestre pedreiro biscainho Pero Lopes, em Freixo de Espada à Cinta «laurando na obra do noso castello»¹⁸. O numeramento de 1527 refere que a vila tem “hum bom castello forte e cercado”¹⁹. A fortificação parece ter mantido a sua importância até finais do século XVI, como comprovam os privilégios concedidos por D. Sebastião a António Fernandes, que realizava obras, por ordem do monarca, no castelo:

Eu el Rey faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz, que em quanto durarem as obras que tenho mandado fazer no castelo da vylla de Freyxo despada cimta, de que he mestre Antonio Fernandez, os bois de caro e bestas do dito Antonio Fernandez, que servirem nas ditas obras, posão beber em quaes quer augoas que ouver no termo e lemíte da dita vylla e asy posão amdar e pastar em quaes quer lugares defesos e

¹⁷ PALENCIA, 1908: 390.

¹⁸ VITERBO, 1904: 78-79.

¹⁹ DORDIO, 1998: 17.

coymeiros e nas coutadas da dita vylla, (...), sem por yso pagarem coyma alguma, e fazendo perda ou dano em pam, vinho, azeyte, ortas ou aruores de fruyto, ele Antonio Fernandez o pagara, (...) , pagando a seus donos a perda que com yso fizerem, e asy me praz que ele posa pera a dita obra apanhar e cauar area homde quer que se achar sem por yso se pagar coyma e fazendo se pera yso alguma coua ou couas quem as fizer as tapara ou fara tapar a sua custa tamto que darea delas não ouver necesydade pera a dita obra, e porem as ditas couas se não farão em parte que faça dano a algumas aruores de fruyto nem em teras que estiverem semeadas ou alquevadas para semear ou tapadas pera se nelas pramtaren vynhas, e este se comprira em quanto as ditas obras durarem ou eu nã mãdar o contrairo, e mândo as justiças e officiaes da dita vylla de Freixo despada cimta (...)²⁰.

Na verdade, parece ter existido uma ideia inicial de transformar o castelo de Freixo de Espada à Cinta numa fortaleza moderna, dotada de torreões instalados em diversos pontos da barbacã e capaz de responder com eficácia avassaladora aos eventuais ataques de que fosse alvo. Esta formulação conceptual datará de finais do século XV ou mesmo de inícios do século XVI. Seria na concretização deste projeto que se aplicava o mestre António Fernandes, a mando de D. Sebastião? No estado atual da investigação não o podemos afirmar. Para termos mais informações sobre a barbacã do castelo teremos de recorrer aos desenhos de José Monteiro de Carvalho (1751-1760) e dos irmãos Beaumont (1762), mas ainda assim os dados são contraditórios: o primeiro inclui o cubo artilheiro que identificámos durante os trabalhos de 2015 e o outro que se localizava mais próximo da porta nas «torres e muralhas

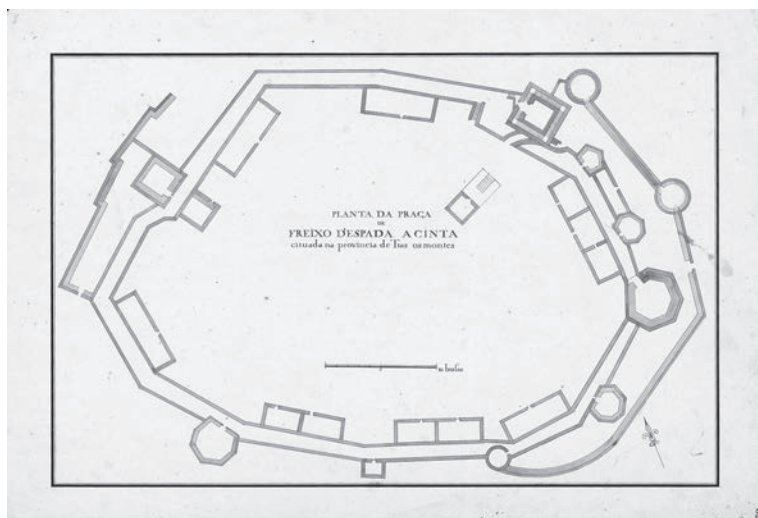


Fig. 5.
Castelo de Freixo
de Espada à Cinta,
segundo Pedro e
Beltrán Beaumont
(1762).

²⁰ VITERBO, 1899: 321-322.

acabadas», por oposição aos outros torreões que também regista, assinalando-os como «torres e muralhas que estão por acabar»; por seu turno, os dois engenheiros militares castelhanos, executando o seu levantamento pouco tempos depois do engenheiro português, regista o torreão da barbacã como uma «torre redonda que junta con la principal», não fazendo qualquer menção aos outros torreões. Pode dar-se o caso de os torreões nunca terem passado das fundações, mas ainda assim serem dignos da atenção do engenheiro português, o que nos leva a crer que pelo menos a sua planta seria visível; os engenheiros castelhanos podem não os ter inserido na sua planta devido ao estado de ruína em que julgavam que se encontravam estes torreões e, conseqüentemente, sem qualquer importância em termos militares.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel (2000) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo I. Bragança: Câmara Municipal de Bragança/IPM.
- BARROCA, Mário (2003) – *Tempos de resistência e inovação: a arquitetura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)*. «Portugalia», vol. XXIX-XXX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 95-112.
- CID, Pedro (2007) – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a Arquitectura Militar do Tempo de D. João II*. Lisboa: Colibri.
- COBOS GUERRA, Fernando; CASTRO FERNÁNDEZ, José (1998) – *Castilla y León. Castillos y fortalezas*. León: Edilesa.
- (2000) – *Artillería y poliorcética castellana en la estrategia de Fernando el Católico contra Francia (Documentos para su estudio)*. «Gladius», n.º XX. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 251-268.
- DORDIO, Paulo (1998) – *Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais*. In LIMA, Alexandra Cerveira, coord. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo*. Maia: Parque Arqueológico do Vale do Côa, pp. 15-73.
- MACHADO, Maria de Fátima (1998) – *Freixo de Espada à Cinta: Problemas e privilégios em finais da Idade Média*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, vol. 15. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 275-285.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Colibri.
- MORENO, Humberto Baquero (1988) – *Os itinerários de el-Rei D. João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- PALENCIA, Alonso de (1908) – *Crónica de Enrique IV*, Tomo IV. Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos.
- RESENDE, Garcia de (1752) – *Chronica dos valerosos, e insignes feytos Del Rey Dom Ioam II (...)*. Lisboa: Oficina de Manuel da Silva.
- VITERBO, Francisco Sousa (1899 e 1904) – *Diccionario Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, Volumes I-II, Lisboa: Imprensa Nacional.

